**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**

O Planejamento Estratégico é o processo de elaborar a estratégia, definindo a relação entre a organização e o ambiente, subsidiando a tomada de decisões que estabelece o padrão de comportamento que a Instituição pretende seguir, os produtos e serviços a oferecer e o público que pretende atingir. Trata-se de um instrumento técnico-político que permite à Instituição definir e revisar continuamente a sua missão, visão e, principalmente, objetivos, metas e ações.

Para elaboração deste documento foi utilizada uma adaptação da metodologia do Balanced Scorecard1 (BSC) para estabelecimento dos objetivos a serem alcançados.

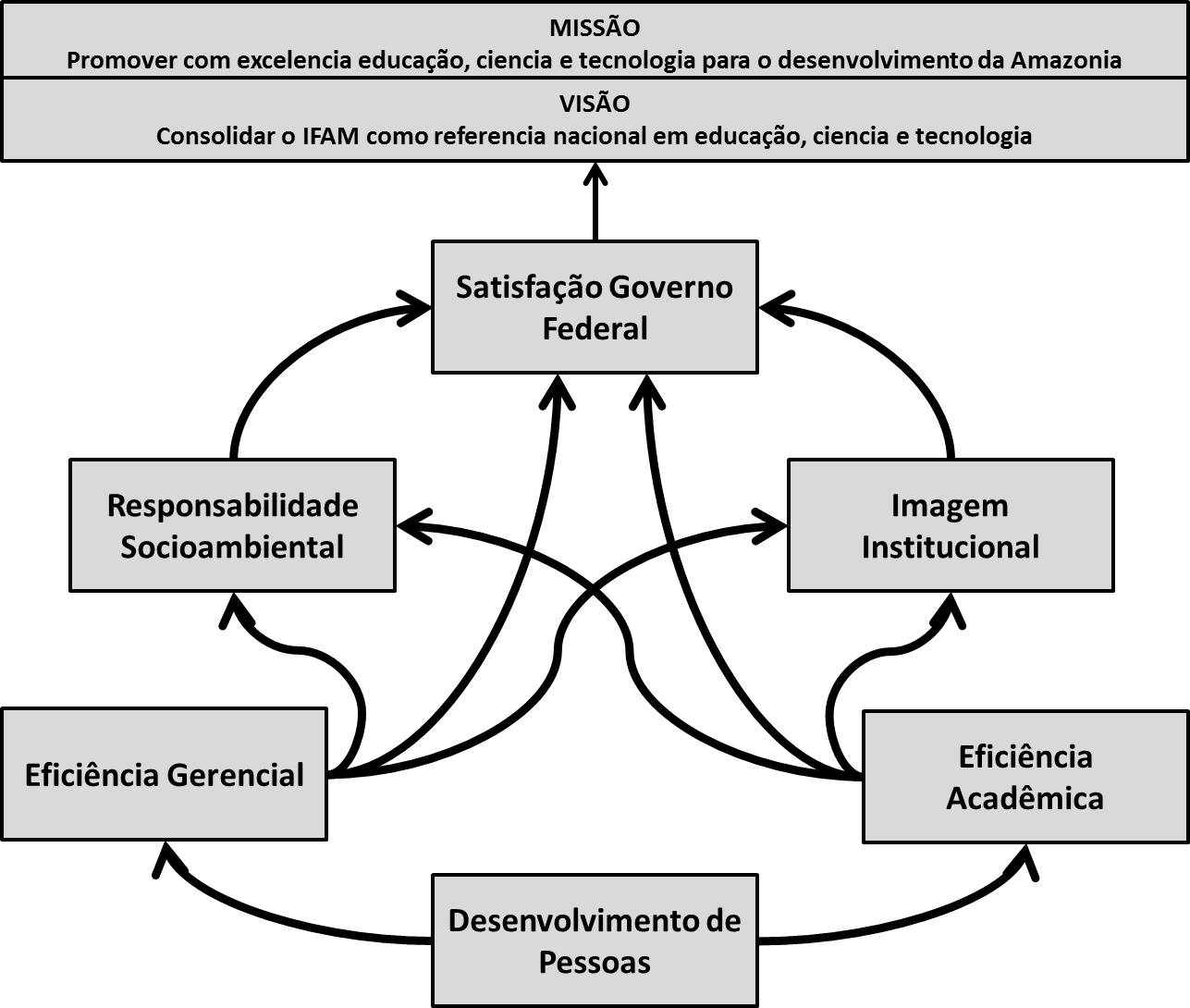
**OBJETIVOS E MAPA ESTRATÉGICO**

Os objetivos estratégicos são os fins a serem perseguidos pela organização para o cumprimento de sua missão institucional e o alcance de sua visão de futuro.

No processo de elaboração dos objetivos é necessária a adoção de critérios mensuráveis (número de alunos, aumento do orçamento, redução dos custos etc.) que possam ser medidos por indicadores para, dessa forma, obter os seus resultados avaliados na etapa de controle.

O mapa estratégico é a representação gráfica do BSC, que descreve o conjunto de hipóteses de relação de causa e efeito entre os objetivos estratégicos que levam ao alcance da visão da Instituição, ou seja, o mapa estratégico permite ao IFAM contar a história da sua estratégia, de forma clara e simplificada, rumo à realização da sua visão. Ele somente é elaborado após a definição de todos os objetivos estratégicos de cada perspectiva de valor.

**Mapa Estratégico do IFAM**





# *MISSÃO*

|  |  |
| --- | --- |
| **CAMPUS/PRO-REITORIAS** | **MISSÃO** |
| PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO | Gerir recursos e pessoas, com eficiência e legalidade, para suporte às atividades da comunidade interna e otimização da cadeia de suprimento. |
| PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL | Promover o desenvolvimento institucional com responsabilidade socioambiental, inovação gerencial e tecnológica. |
| PRÓ-REITORIA DE ENSINO | Promover a excelência do ensino por meio da formulação de políticas educacionais de qualidade socialmente referenciadas. |
| PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO | Interligar o conhecimento com a prática através da prestação de serviços de extensão para as comunidades interna e externa, com qualidade e comprometimento. |
| PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO. | Promover com excelência a pesquisa, pós-graduação e inovação. |
| COARI | Promover Educação com excelência, por meio do ensino, pesquisa e extensão, para a região do médio Solimões no estado do Amazonas. |
| LÁBREA | Promover educação através do ensino, pesquisa e extensão visando o desenvolvimento socioambiental local e regional do médio Purus. |
| MANAUS CENTRO | Promover educação com qualidade e competência. |
| MANAUS DISTRITO INDUSTRIAL | Promover educação tecnológica e pesquisa aplicada com qualidade para a sociedade amazonense. |
| MANAUS ZONA LESTE | Formar profissionais para atuar na cadeia de valor do setor primário, através do ensino, pesquisa e extensão, com comprometimento e melhoria contínua da qualificação do pessoal. |
| MAUÉS | Formar profissionais técnicos com qualidade e excelência da Mesorregião de Maués. |
| PARINTINS | Promover a formação de profissionais do Polo Parintins, através do Ensino, Pesquisa e Extensão com excelência e qualidade. |
| PRESIDENTE FIGUEIREDO | Promover com qualidade e excelência a Educação Profissional, por meio do Ensino, Pesquisa e Extensão, visando ao desenvolvimento sustentável do município de Presidente Figueiredo. |
| SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA | Formar profissionais nas comunidades do Rio Negro através do ensino, pesquisa e extensão, com interculturalidade e qualidade. |
| TABATINGA | Proporcionar educação, ciência e tecnologia com excelência, inovação e sustentabilidade para a população da região do Alto Solimões e área fronteiriça com respeito à pluralidade cultural e socioambiental. |

# *VISÃO*

|  |  |
| --- | --- |
| **CAMPUS/PRO-REITORIAS** | **VISÃO** |
| PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO | Ser referência em administração de recursos e pessoas entre os Institutos Federais da região norte. |
| PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL | Tornar-se referência nacional em desenvolvimento de Instituições federais de educação profissional e tecnológica. |
| PRÓ-REITORIA DE ENSINO | Consolidar as políticas educacionais de excelência do ensino no IFAM. |
| PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO | Ser referência na promoção de atividades de extensão |
| PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO. | Ser referência institucional para as decisões de capacitação, pesquisa e inovação. |
| MANAUS CENTRO | Ser referência na promoção de educação profissional com qualidade e competência. |
| MANAUS DISTRITO INDUSTRIAL | Ser reconhecida como instituição de educação tecnológica e pesquisa aplicada em um ambiente participativo e de valorização do ser humano. |
| MANAUS ZONA LESTE | Ser referência na formação profissional técnica e tecnológica para o setor primário no estado do Amazonas. |
| SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA | Ser referência na formação intercultural profissional e tecnológica às comunidades do Rio Negro. |
| COARI | Ser excelência em educação profissional na região do médio Solimões no estado do Amazonas. |
| LÁBREA | Ser referência como instituição de educação profissional e tecnológica na região do médio Purus. |
| MAUÉS | Ser referência em Educação Profissional na mesorregião de Maués. |
| PARINTINS | Ser referência em educação profissional na região baixo Amazonas. |
| PRESIDENTE FIGUEIREDO | Ser referência em educação profissional no município de Presidente Figueiredo. |
| TABATINGA | Ser referência em educação profissional de nível técnico na região do Alto Solimões, valorizando a pluralidade cultural. |

# *VALORES*

* Acessibilidade e inclusão social
* Cidadania e justiça social
* Ética e transparência
* Excelência na gestão educacional
* Gestão democrático-participativa
* Inovação e empreendedorismo
* Respeito à diversidade
* Responsabilidade ambiental
* Valorização das pessoas

# *LEI Nº 11.892/2008 (criação dos Institutos Federais)*

# *SEÇÃO II*

# Das Finalidades e Características dos Institutos Federais:

Art. 6º Os Institutos Federais têm por finalidades e características:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

# *SEÇÃO III*

# Dos Objetivos dos Institutos Federais:

Art. 7º Observadas às finalidades e características definidas no art. 6o desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI - ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

# *PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2012-2017*

|  |  |
| --- | --- |
| **MAPA ESTRATÉGICO DO IFAM** | **OBJETIVOS ESTRATÉGICOS** |
| **1 -Desenvolvimento de Pessoas** | 1 - Aumentar a produção científica de servidores;  2 - Aumentar a quantidade de bolsas de mestrado e doutorado;  3 - Aumentar a quantidade de bolsas para o servidor pesquisador;  4 - Aumentar as equipes multidisciplinares de fortalecimento ao setor pedagógico;  5 - Construir centro de convivência do servidor nos *campi;*  6 - Criar o Plano de Mobilidade do Servidor;  7 - Fortalecer o setor de saúde dos *campi*;  8 - Implantar programas de cursos de idiomas para os servidores;  9 - Implantar programas de melhoria da qualidade de vida e saúde do servidor;  10 - Promover a integração e desenvolvimento dos servidores. |
| **2 - Eficiência Acadêmica** | * 11 - Ampliar e diversificar a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*; * 12 - Ampliar o quantitativo de *workshops* de pesquisa, pós-graduação e inovação; * 13 - Ampliar subsídios à alimentação estudantil;   14 - Articular com as demais instituições públicas de educação para a melhoria da qualidade da educação básica;   * 15 - Aumentar a oferta de estágios curriculares; * 16 - Aumentar a quantidade de bolsas de iniciação científica; * 17 - Aumentar a quantidade de certificações do programa CERTIFIC; * 18 - Aumentar a quantidade de eventos esportivos entre os *campi*; * 19 - Aumentar a quantidade de incubadoras de empresas; * 20 - Aumentar o número de ações de educação nos *campi;* * 21 - Aumentar o número de bolsas de extensão; * 22 - Aumentar o número de programas de atendimento pedagógico discente; * 23 - Avaliar o processo educacional periodicamente; * 24 - Construir novos Centros de Documentação e Informação (CDI) nos campi e consolidar os existentes; * 25 - Criar um Programa de Apoio ao Egresso;   26 - Desenvolver pesquisa e extensão de forma articulada com o ensino;   * 27 - Fazer avaliações periódicas dos projetos pedagógicos de todos os cursos; * 28 - Implantar um Centro de Idiomas; * 29 - Institucionalizar um programa de intercambio internacional para docentes e discentes; * 30 - Melhorar o acompanhamento dos egressos; * 31 - Promover a inclusão: acesso, permanência e êxito, inserção sócio profissional. |
| **3 - Eficiência Gerencial** | * 32 - Adquirir barco regional para funcionamento da Unidade Móvel Fluvial do IFAM; * 33 - Ampliar a autonomia orçamentária dos *campi* do IFAM; * 34 - Aumentar o número de colegiados gerenciais; * 35 - Capacitar gerencialmente o quadro docente e funcional;   36 - Documentar, uniformizar e informatizar os processos pedagógicos e administrativos;   * 37 - Informatizar todas as bibliotecas da instituição; * 38 - Instalar a infraestrutura física da reitoria; * 39 - Institucionalizar a ouvidoria; * 40 - Melhorar o sistema de internet; * 41 - Racionalizar os processos das atividades fim; * 42 - Racionalizar os processos das atividades meio; * 43 - Reestruturar o Modelo de Gestão para a sistêmica. |
| **4 - Imagem Institucional** | * 44 - Aumentar a produção científica de servidores; * 45 - Aumentar a quantidade de bolsas de mestrado e doutorado; * 46 - Aumentar as equipes multidisciplinares de fortalecimento ao setor pedagógico;   47 - Consolidar a identidade institucional;   * 48 - Construir centro de convivência do servidor nos *campi*; * 49 - Criar a rádio via internet; * 50 - Criar o Plano de Mobilidade do Servidor; * 51 - Fortalecer o endomarketing institucional; * 52 - Fortalecer o marketing institucional; * 53 - Implantar programas de cursos de idiomas para os servidores. |
| **5- Responsabilidade Socioambiental** | * 54 - Ampliar as ações de extensão no ensino Superior; * 55 - Ampliar e diversificar ações de responsabilidade Social; * 53 - Ampliar o número de Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT); * 54 - Ampliar parceria com a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA); * 55 - Ampliar parcerias com instituições de ensino em nível nacional e internacional; * 56 - Aumentar a participação da sociedade civil na Escola Cidadã; * 57 - Aumentar a quantidade de incubadoras de empresas; * 58 - Aumentar a quantidade de voluntários junto aos novos *campi;* * 59 - Construir um complexo esportivo para o atendimento de eventos; * 60 - Criar o observatório institucional sobre educação e trabalho; * 61 - Institucionalizar o Programa de Assistência Comunitária. |
| **6 - Satisfação Governo Federal** | * 62 - Ampliar a quantidade de projetos de pesquisa e inovação; * 63 - Ampliar e diversificar a oferta de curso e vagas para a educação profissional; * 64 - Ampliar e diversificar a oferta de cursos em EaD; * 65 - Aumentar a eficácia institucional; * 66 - Aumentar a eficiência institucional; * 67 - Aumentar a quantidade de projetos de formação inicial e continuada; * 68 - Aumentar a quantidade projetos de ação social; * 69 - Aumentar a relação estudante x professor; * 70 - Aumentar as adesões a programas de interesse coletivo; * 71 - Aumentar os programas de ensino, pesquisa e extensão *multicampi* e interinstitucionais; * 72 - Aumentar os projetos de melhoria da qualidade da educação básica;   73 - Consolidar a sustentabilidade financeira, pedagógica e administrativa.  74 - Consolidar o processo de expansão;   * 75 - Diversificar a forma de acesso ao ensino superior; * 75 - Diversificar a forma de acesso ao ensino técnico; * 76 - Diversificar e ampliar a oferta de cursos de PROEJA; * 77 - Implantar um programa de gerenciamento acadêmico com fornecimento de informações ao MEC/SETEC; * 78 - Incentivar estudantes com elevado desempenho a programas apoiados; * 79 - Institucionalizar o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT); * 80 - Manter as vagas para a formação de professores e licenciaturas. |

# *TERMO DE ACORDOS DE METAS E COMPROMISSOS*

|  |  |
| --- | --- |
| **METAS** | **COMPROMISSOS** |
| 1. Índice de eficiência da Instituição | - Alcançar a meta mínima de 90% de eficácia da Instituição no ano de 2016, com meta intermediaria de no mínimo 75% no ano de 2013. O índice de eficácia da Instituição será calculado pela media aritmética da eficácia de cada turma, medida pela relação entre o numero de alunos regularmente matriculados e o numero de vagas ofertadas no processo seletivo. |
| 1. Índice de eficácia da Instituição | Alcançar a meta mínima de 80% de eficácia da Instituição no ano de 2016, com meta intermediaria de no mínimo 70% no ano de 2013, medida semestralmente, definindo-se aqui que, o índice de eficácia da Instituição será calculado pela media aritmética da eficácia de cada turma, medida pela relação entre o numero de alunos concluintes e o numero de vagas ofertadas no processo seletivo para cada uma dessas turmas. |
| 1. Alunos matriculados em relação à força de trabalho | - Alcançar a relação de 20 alunos regularmente matriculados nos cursos presenciais por professor considerando-se os cursos técnicos de nível médio (integrado, concomitante e subsequente), PROEJA, cursos de graduação (CST, licenciatura, bacharelado), de pós-graduação (lato-sensu e strito-sensu) e de Formação Inicial e Continuada.  - O numero de alunos dos cursos de Formação Inicial e Continuada será corrigido pela multiplicação da carga horária do curso dividido por 800 horas.  - Para o calculo desta relação, cada professor DE ou de 40 horas será contado como um professor e cada professor de 20 horas será contado como meio. |
| 1. Vagas para os cursos técnicos | - Manutenção de pelo menos 50% de matriculas no ensino técnico de nível médio. |
| 1. Vagas para a formação de professores e Licenciaturas | - Manutenção de pelo menos 20% de matriculas em cursos de licenciaturas e de formação de professores. |
| 1. Vagas PROEJA | - Compromisso da oferta de curso de PROEJA (técnico e FIC) na perspectiva de promover a inclusão e atender a demanda regional. |
| 1. Programa de Melhoria da Qualidade da Educação Básica | - Apresentação de em media pelo menos um projeto, com a efetiva realização de um programa de melhoria da qualidade da educação básica, por Campus, especialmente em apoio ao ensino médio inovador, direcionado as escolas, professores e alunos das redes publicas, ate o inicio de 2011, e ampliação em pelo menos 10% ao ano dessas atividades, em parceria com os sistemas públicos de ensino. |
| 1. Programa de Formação Inicial e Continuada | - Implementação no Instituto Federal de cursos de Formação Inicial e Continuada e de programas de reconhecimento de saberes e competências profissionais para fins de certificação e acreditarão profissional, em pelo menos, uma área ou eixo tecnológico. |
| 1. Oferta de Cursos a Distância | - Implantação da modalidade Educação a Distancia como atividade regular, no Instituto Federal. |
| 1. Forma de acesso ao ensino técnico | - Adoção, ate 2011, de formas de acesso assentadas em ações afirmativas que contemplem as realidades locais dos campi. |
| 1. Forma de acesso ao ensino superior | - Adoção, ate 2011, de formas de acesso assentadas em ações afirmativas que contemplem as realidades locais dos campi e adoção do ENEM para o acesso aos cursos de graduação. |
| 1. Forma de acesso ás Licenciaturas | - Adoção prioritária de vagas para professores das redes publicas, conforme preceitos legais e demandas da sociedade. |
| 1. Programa de apoio a estudantes com elevado desempenho | - Implantação, ate 2011, de programas de apoio a estudantes com elevado desempenho nos Exames Nacionais da Educação Básica (Prova Brasil, SAEB e ENEM) e olimpíadas promovidas pelo MEC. |
| 1. Pesquisa e Inovação | - Apresentação e desenvolvimento de, em media, pelo menos um projeto de pesquisa, inovação e/ou desenvolvimento tecnológico por Campus, que reúna, preferencialmente professores e alunos de diferentes níveis de formação, em todos os campi, ate o inicio de 2011, e ampliação em pelo menos 10% ao ano dessas atividades, em parceria com instituições publicas ou privadas que tenham interface de aplicação com interesse social. |
| 1. Projetos de Ação Social | - Apresentação e desenvolvimento de projetos de ação social, em media, de um em cada Campus, ate o inicio de 2011; e ampliação dessas atividades em pelo menos 10% ao ano, pela implementação de projetos de ações inclusivas e de tecnologias sociais, preferencialmente, para populações e comunidades em situação de risco, atendendo as áreas temáticas da extensão. |
| 1. Núcleo de Inovação Tecnológica | - Implementação de Núcleos de Inovação Tecnológica – NIT, e programas de estimulo a organização cooperativa que incentivem a pesquisa, inovação e o empreendedorismo. |
| 1. Programas de Ensino, Pesquisa e Extensão intercampi e interinstitucionais | - Desenvolvimento de programas de ensino, pesquisa e extensão interagindo os Campi do Instituto Federal; e programas interinstitucionais interagindo o Instituto Federal com outras Instituições Nacionais e Internacionais. |
| 1. SIMEC, SISTec e Sistema de Registro de Preços do MEC | Adesão e alimentação das bases de dados do MEC. |
| 1. SIG | Adesão à transferência para base de dados via digital, das informações mínimas solicitadas pelo MEC/SETEC. |

# *EVASÃO*

**Para diagnosticar a evasão no ensino, sugerimos utilizar uma fórmula difundida internacional e nacionalmente, que mensura a evolução do problema (Eq.1) (LOBO, 2012).**

**P = [M(n) - Ig(n)] / [M(n - 1) - Eg(n -1)]**

|  |  |
| --- | --- |
| **Índice** | **Conceito** |
| **P** | Total de alunos que não permaneceram na Instituição |
| **M(n)** | Total de matrículas em um certo ano |
| **Ig (n)** | Total de novos ingressantes (no ano n) |
| **M (n-1)** | Total de matrículas do período anterior a n |
| **Eg (n-1)** | Total de egressos no ano anterior (ou seja, concluintes) |

* **O índice de evasão, ou abandono anual é dado por:**
* **Ev = 1- P (multiplicar por 100 para obter %)**

# *METAS E ESTRATÉGIAS DO PNE*

|  |  |
| --- | --- |
| **METAS** | **ESTRATÉGIAS** |
| **Meta 3**: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até2020, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%, nesta faixa etária. | 3.1) Institucionalizar programa nacional de diversificação curricular do ensino médio a fim de incentivar abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, discriminando-se conteúdos obrigatórios e conteúdos eletivos articulados em dimensões temáticas tais como ciência, trabalho, tecnologia, cultura e esporte, apoiado por meio de ações de aquisição de equipamentos e laboratórios, produção de material didático específico e formação continuada de professores.  3.3) Utilizar exame nacional do ensino médio como critério de acesso à educação superior, fundamentado em matriz de referência do conteúdo curricular do ensino médio e em técnicas estatísticas e psicométricas que permitam a comparabilidade dos resultados do exame.  3.4) Fomentar a expansão das matrículas de ensino médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, dos povos indígenas e das comunidades quilombolas.  3.5) Fomentar a expansão da oferta de matrículas gratuitas de educação profissional técnica de nível médio por parte das entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino médio público.  3.6) Estimular a expansão do estágio para estudantes da educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do estudante, visando ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento do estudante para a vida cidadã e para o trabalho.  3.7) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência na escola por parte dos beneficiários de programas de assistência social e transferência de renda, identificando motivos de ausência e baixa frequência e garantir, em regime de colaboração, a frequência e o apoio à aprendizagem.  3.9) Implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito e discriminação à orientação sexual ou à identidade de gênero, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão.  3.10) Fomentar programas de educação de jovens e adultos para a população urbana e do campo na faixa etária de 15 a 17 anos, com qualificação social e profissional para jovens que estejam fora da escola e com defasagem idade-série.  3.12) Redimensionar a oferta de ensino médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas de ensino médio, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos estudantes. |
| **Meta 7**: Atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB:   |  |  |  |  |  |  |  | | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | | **IDEB** | **2011** | **2013** | **2015** | **2017** | **2019** | **2021** | | Anos iniciais do ensino fundamental | 4,6 | 4,9 | 5,2 | 5,5 | 5,7 | 6,0 | |  |  |  |  |  |  |  | | Anos finais do ensino fundamental | 3,9 | 4,4 | 4,7 | 5,0 | 5,2 | 5,5 | |  |  |  |  |  |  |  | | Ensino médio | 3,7 | 3,9 | 4,3 | 4,7 | 5,0 | 5,2 | |  |  |  |  |  |  |  | | 7.1) Formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolar, ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar.  7.2) Fixar, acompanhar e divulgar bienalmente os resultados do IDEB das escolas, das redes públicas de educação básica e dos sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.  7.3) Associar a prestação de assistência técnica e financeira à fixação de metas intermediárias, nos termos e nas condições estabelecidas conforme pactuação voluntária entre os entes, priorizando sistemas e redes de ensino com IDEB abaixo da média nacional.  7.4) Aprimorar continuamente os instrumentos de avaliação da qualidade do ensino fundamental e médio, de forma a englobar o ensino de ciências nos exames aplicados nos anos finais do ensino fundamental e incorporar o exame nacional de ensino médio ao sistema de avaliação da educação básica.  7.5) Garantir transporte gratuito para todos os estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.  7.6) Selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para o ensino fundamental e médio, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas.  7.7) Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de inovação das práticas pedagógicas nos sistemas de ensino, que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes.  7.8) Apoiar técnica e financeiramente a gestão escolar mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, com vistas à ampliação da participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos e o desenvolvimento da gestão democrática efetiva.  7.9) Ampliar programas e aprofundar ações de atendimento ao estudante, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.  7.10) Institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, tendo em vista a equalização regional das oportunidades educacionais.  7.11) Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas de ensino fundamental e médio.  7.12) Estabelecer diretrizes pedagógicas para a educação básica e parâmetros curriculares nacionais comuns, respeitada a diversidade regional, estadual e local.  7.14) Garantir políticas de combate à violência na escola e construção de uma cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade escolar.  7.15) Implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando-se os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente de que trata a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.  7.16) Garantir o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, nos termos da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e da Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e com a sociedade civil em geral.  7.17) Ampliar a educação escolar do campo, quilombola e indígena a partir de uma visão articulada ao desenvolvimento sustentável e à preservação da identidade cultural.  7.18) Priorizar o repasse de transferências voluntárias na área da educação para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que tenham aprovado lei específica para a instalação de conselhos escolares ou órgãos colegiados equivalentes, com representação de trabalhadores em educação, pais alunos e comunidade, escolhidos pelos seus pares.  7.19) Assegurar, a todas as escolas públicas de educação básica, água tratada e saneamento básico; energia elétrica; acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade; acessibilidade à pessoa com deficiência; acesso a bibliotecas; acesso a espaços para prática de esportes; acesso a bens culturais e à arte; e equipamentos e laboratórios de ciências.  7.20) Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais.  7.21) Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte, cultura, possibilitando a criação de uma rede de apoio integral às famílias, que as ajude a garantir melhores condições para o aprendizado dos estudantes.  7.22) Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.  7.23) Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a prevenção, atenção e atendimento à saúde e integridade física, mental e moral dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade do ensino.  7.24) Orientar as políticas das redes e sistemas de educação de forma a buscar atingir as metas do IDEB, procurando reduzir a diferença entre as escolas com os menores índices e a média nacional, garantindo equidade da aprendizagem.  7.25) Confrontar os resultados obtidos no IDEB com a média dos resultados em matemática, leitura e ciências obtidos nas provas do Programa Internacional de Avaliação de Alunos - PISA, como forma de controle externo da convergência entre os processos de avaliação do ensino conduzidos pelo INEP e processos de avaliação do ensino internacionalmente reconhecidos, de acordo com as seguintes projeções:   |  |  |  |  |  |  | | --- | --- | --- | --- | --- | --- | | **PISA** | **22009** | **22012** | **22015** | **22018** | **22021** | | Média dos resultados em matemática, leitura e ciências. | 395 | 417 | 438 | 455 | 473 | |  |  |  |  |  |  | |
| **Meta 8**: Elevar a escolaridade média da população de 18 a 24 anos de modo a alcançar mínimo de 12 anosde estudo para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos 25% mais pobres, bem como igualar a escolaridade média entre negros e não negros, com vistas à redução da desigualdade educacional. | 8.1) Institucionalizar programas e desenvolver tecnologias para correção de fluxo, acompanhamento pedagógico individualizado, recuperação e progressão parcial bem como priorizar estudantes com rendimento escolar defasado considerando as especificidades dos segmentos populacionais considerados.  8.2) Fomentar programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade série.  8.3) Garantir acesso gratuito a exames de certificação da conclusão dos ensinos fundamental e médio.  8.4) Fomentar a expansão da oferta de matrículas gratuitas de educação profissional técnica por parte das entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino público, para os segmentos populacionais considerados.  8.5) Fortalecer acompanhamento e monitoramento de acesso à escola específicos para os segmentos populacionais considerados, identificando motivos de ausência e baixa frequência e colaborando com estados e municípios para garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses estudantes na rede pública regular de ensino.  8.7) Promover busca ativa de crianças fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social e saúde. |
| **Meta 10**: Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada àeducação profissional nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. | 10.1) Manter programa nacional de educação de jovens e adultos voltado à conclusão do ensino fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da educação básica.  10.2) Fomentar a expansão das matrículas na educação de jovens e adultos de forma a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores e a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador.  10.3) Fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados de acordo com as características e especificidades do público da educação de jovens e adultos, inclusive na modalidade de educação à distância.  10.4) Institucionalizar programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional.  10.5) Fomentar a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas para avaliação, formação continuada de docentes das redes públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional.  10.6) Fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores articulada à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e com apoio das entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical.  10.7) Institucionalizar programa nacional de assistência ao estudante, compreendendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos integrada com a educação profissional.  10.8) Fomentar a diversificação curricular do ensino médio para jovens e adultos, integrando a formação integral à preparação para o mundo do trabalho e promovendo a inter-relação entre teoria e prática nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma há organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características de jovens e adultos por meio de equipamentos e laboratórios, produção de material didático específico e formação continuada de professores. |
| **Meta 11**: Duplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade daoferta. | 11.1) Expandir as matrículas de educação profissional técnica de nível médio nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional.  11.2) Fomentar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio nas redes públicas estaduais de ensino.  11.3) Fomentar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação à distância, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita.  11.4) Ampliar a oferta de programas de reconhecimento de saberes para fins da certificação profissional em nível técnico.  11.5) Ampliar a oferta de matrículas gratuitas de educação profissional técnica de nível médio pelas entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical.  11.6) Expandir a oferta de financiamento estudantil à educação profissional técnica de nível médio oferecidas em instituições privadas de educação superior.  11.7) Institucionalizar sistema de avaliação da qualidade da educação profissional técnica de nível médio das redes públicas e privadas.  11.8) Estimular o atendimento do ensino médio integrado à formação profissional, de acordo com as necessidades e interesses dos povos indígenas.  11.9) Expandir o atendimento do ensino médio integrado à formação profissional para os povos do campo de acordo com os seus interesses e necessidades.  11.10) Elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica para 90% (noventa por cento) e elevar, nos cursos presenciais, a relação de alunos por professor para 20 (vinte), com base no incremento de programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica. |
| **Meta 12**: Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% dapopulação de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta. | 12.1) Otimizar a capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos das instituições públicas de educação superior mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar e interiorizar o acesso à graduação.  12.2) Ampliar a oferta de vagas por meio da expansão e interiorização da rede federal de educação superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do Sistema Universidade Aberta do Brasil, considerando a densidade populacional, a oferta de vagas públicas em relação à população na idade de referência e observadas às características regionais das micro e mesorregiões definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, uniformizando a expansão no território nacional.  12.3) Elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para 90% (noventa por cento), ofertar um terço das vagas em cursos noturnos e elevar a relação de estudantes por professor para 18 (dezoito), mediante estratégias de aproveitamento de créditos e inovações acadêmicas que valorizem a aquisição de competências de nível superior.  12.4) Fomentar a oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, bem como para atender o déficit de profissionais em áreas específicas.  12.5) Ampliar, por meio de programas especiais, as políticas de inclusão e de assistência estudantil nas instituições públicas de educação superior, de modo a ampliar as taxas de acesso à educação superior de estudantes egressos da escola pública, apoiando seu sucesso acadêmico.  12.6) Expandir o financiamento estudantil por meio do Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior - FIES, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, por meio da constituição de fundo garantidor do financiamento de forma a dispensar progressivamente a exigência de fiador.  12.7) Assegurar, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária.  12.8) Fomentar a ampliação da oferta de estágio como parte da formação de nível superior.  12.9) Ampliar a participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei.  12.10) Assegurar condições de acessibilidade nas instituições de educação superior, na forma da legislação.  12.11) Fomentar estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do País.  12.12) Consolidar e ampliar programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior.  12.13) Expandir atendimento específico a populações do campo e indígena, em relação a acesso, permanência, conclusão e formação de profissionais para atuação junto a estas populações.  12.14) Mapear a demanda e fomentar a oferta de formação de pessoal de nível superior considerando as necessidades do desenvolvimento do país, a inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da educação básica.  12.15) Institucionalizar programa de composição de acervo digital de referências bibliográficas para os cursos de graduação.  12.16) Consolidar processos seletivos nacionais e regionais para acesso à educação superior como forma de superar exames vestibulares individualizados. |
| **Meta 13**: Elevar a qualidade da educação superior pela ampliação da atuação de mestres e doutores nasinstituições de educação superior para 75%, no mínimo, do corpo docente em efetivo exercício, sendo, do total, 35% doutores. | 13.1) Aprofundar e aperfeiçoar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, de que trata a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, fortalecendo as ações de avaliação, regulação e supervisão.  13.2) Ampliar a cobertura do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE, de modo a que mais estudantes, de mais áreas, sejam avaliados no que diz respeito à aprendizagem resultante da graduação.  13.3) Induzir processo contínuo de auto avaliação das instituições superiores, fortalecendo a participação das comissões próprias de avaliação, bem como a aplicação de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a qualificação e a dedicação do corpo docente.  13.4) Induzir a melhoria da qualidade dos cursos de pedagogia e licenciaturas, por meio da aplicação de instrumento próprio de avaliação aprovado pela CONAES, de modo a permitir aos graduandos a aquisição das competências necessárias a conduzir o processo de aprendizagem de seus futuros alunos, combinando formação geral e prática didática.  13.5) Elevar o padrão de qualidade das universidades, direcionando sua atividade de modo que realizem, efetivamente, pesquisa institucionalizada, na forma de programas de pós-graduação stricto sensu.  13.6) Substituir o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE aplicado ao final do primeiro ano do curso de graduação pelo Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, a fim de apurar o valor agregado dos cursos de graduação.  13.7) Fomentar a formação de consórcios entre universidades públicas de educação superior com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão. |
| **Meta 14** : Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu de modo a atingir atitulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores. | 14.1) Expandir o financiamento da pós-graduação stricto sensu por meio das agências oficiais de fomento.  14.2) Estimular a integração e a atuação articulada entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, e as agências estaduais de fomento à pesquisa.  14.3) Expandir o financiamento estudantil por meio do Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior - FIES, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, à pós-graduação stricto sensu, especialmente ao mestrado profissional.  14.4) Expandir a oferta de cursos de pós- graduação stricto sensu utilizando metodologias, recursos e tecnologias de educação à distância, inclusive por meio do Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB.  14.5) Consolidar programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação brasileira, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa.  14.6) Promover o intercâmbio científico e tecnológico, nacional e internacional, entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão.  14.7) Implementar ações para redução de desigualdades regionais e para favorecer o acesso das populações do campo e indígena a programas de mestrado e doutorado.  14.8) Ampliar a oferta de programas de pós-graduação stricto sensu, especialmente o de doutorado, nos campi novos abertos no âmbito dos programas de expansão e interiorização das instituições superiores públicas.  14.9) Manter e expandir programa de acervo digital de referências bibliográficas para os cursos de pós-graduação. |
| **Meta 15**: Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios,que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. | 15.1) Atuar conjuntamente, com base em plano estratégico que apresente diagnóstico das necessidades de formação de profissionais do magistério e da capacidade de atendimento por parte de instituições públicas e comunitárias de educação superior existentes nos Estados, Municípios e Distrito Federal, e defina obrigações recíprocas entre os partícipes.  15.2) Consolidar o financiamento estudantil a estudantes matriculados em cursos de licenciatura com avaliação positiva pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, na forma da Lei nº10.861, de 14 de abril de 2004, permitindo inclusive a amortização do saldo devedor pela docência efetiva na rede pública de educação básica.  15.3) Ampliar programa permanente de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, a fim de incentivar a formação de profissionais do magistério para atuar na educação básica pública.  15.4) Consolidar plataforma eletrônica para organizar a oferta e as matrículas em cursos de formação inicial e continuada de professores, bem como para divulgação e atualização dos currículos eletrônicos dos docentes.  15.5) Institucionalizar, no prazo de um ano de vigência do PNE, política nacional de formação e valorização dos profissionais da educação, de forma a ampliar as possibilidades de formação em serviço.  15.6) Implementar programas específicos para formação de professores para as populações do campo, comunidades quilombolas e povos indígenas.  15.7) Promover a reforma curricular dos cursos de licenciatura de forma a assegurar o foco no aprendizado do estudante, dividindo a carga horária em formação geral, formação na área do saber e didática específica.  15.8) Induzir, por meio das funções de avaliação, regulação e supervisão da educação superior, a plena implementação das respectivas diretrizes curriculares.  15.9) Valorizar o estágio nos cursos de licenciatura, visando um trabalho sistemático de conexão entre a formação acadêmica dos graduandos e as demandas da rede pública de educação básica.  15.10) Implementar cursos e programas especiais para assegurar formação específica em sua área de atuação aos docentes com formação de nível médio na modalidade normal, não-licenciados ou licenciados em área diversa da de atuação docente, em efetivo exercício. |
| **Meta 16**: Formar 50% dos professores da educação básica em nível de pós-graduação lato e stricto sensu,garantir a todos formação continuada em sua área de atuação. | 16.1) Realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada e fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.  16.2) Consolidar sistema nacional de formação de professores, definindo diretrizes nacionais, áreas prioritárias, instituições formadoras e processos de certificação dos cursos.  16.3) Expandir programa de composição de acervo de livros didáticos, paradidáticos, de literatura e dicionários, sem prejuízo de outros, a ser disponibilizado para os professores das escolas da rede pública de educação básica.  16.4) Ampliar e consolidar portal eletrônico para subsidiar o professor na preparação de aulas, disponibilizando gratuitamente roteiros didáticos e material suplementar.  16.5) Prever, nos planos de carreira dos profissionais da educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, licenças para qualificação profissional em nível de pós-graduação stricto sensu. |
| **Meta 17**: Valorizar o magistério público da educação básica a fim de aproximar o rendimento médio doprofissional do magistério com mais de onze anos de escolaridade do rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente. | 17.1) Constituir fórum permanente com representação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos trabalhadores em educação para acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.  17.2) Acompanhar a evolução salarial por meio de indicadores obtidos a partir da pesquisa nacional por amostragem de domicílios periodicamente divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.  17.3) Implementar, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, planos de carreira para o magistério, com implementação gradual da jornada de trabalho cumprida em um único estabelecimento escolar. |
| **Meta 18**: Assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os profissionais domagistério em todos os sistemas de ensino. | 18.1) Estruturar os sistemas de ensino buscando atingir, em seu quadro de profissionais do magistério, 90% de servidores nomeados em cargos de provimento efetivo em efetivo exercício na rede pública de educação básica.  18.2) Instituir programa de acompanhamento do professor iniciante, supervisionado por profissional do magistério com experiência de ensino, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação ou não-efetivação do professor ao final do estágio probatório.  18.3) Realizar prova nacional de admissão de docentes a fim de subsidiar a realização de concursos públicos de admissão pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.  18.4) Fomentar a oferta de cursos técnicos de nível médio destinados à formação de funcionários de escola para as áreas de administração escolar, multimeios e manutenção da infraestrutura escolar, inclusive para alimentação escolar, sem prejuízo de outras.  18.5) Implantar, no prazo de um ano de vigência desta Lei, política nacional de formação continuada para funcionários de escola, construída em regime de colaboração com os sistemas de ensino.  18.6) Realizar, no prazo de dois anos de vigência desta Lei, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, o censo dos funcionários de escola da educação básica.  18.7) Considerar as especificidades socioculturais dos povos indígenas no provimento de cargos efetivos para as escolas indígenas.  18.8) Priorizar o repasse de transferências voluntárias na área da educação para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que tenham aprovado lei específica estabelecendo planos de carreira para os profissionais da educação. |
| **Meta 20**: Ampliar progressivamente o investimento público em educação até atingir, no mínimo, o patamar de7% do produto interno bruto do país. | 20.1) Garantir fonte de financiamento permanente e sustentável para todas as etapas e modalidades da educação pública.  20.2) Aperfeiçoar e ampliar os mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário-educação.  20.3) Destinar recursos do Fundo Social ao desenvolvimento do ensino.  20.4) Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que promovam a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação.  20.5) Definir o custo aluno-qualidade da educação básica à luz da ampliação do investimento público em educação.  20.6) Desenvolver e acompanhar regularmente indicadores de investimento e tipo de despesa per capita por aluno em todas as etapas da educação pública. |